

4 TRAJETÓRIA METODOLÓGICA

Este estudo, de natureza exploratória e descritiva, adota uma metodologia quantitativa para explorar a transparência nos dados abertos governamentais econômico-financeiros. Utilizando a pesquisa documental por meio da análise de conteúdo *web* com dados secundários, a pesquisa se concentrou nos portais de dados abertos dos 26 estados brasileiros e do Distrito Federal, focando especificamente na categoria “Finanças e Economia”. Estruturada em duas etapas fundamentais, a primeira fase envolveu o exame minucioso dos portais para identificar as informações econômico-financeiras disponíveis, enquanto a segunda fase consistiu em uma avaliação profunda desses dados, com base em critérios de compreensibilidade, autenticidade e reusabilidade.

4.1 Coleta de Dados

Para a execução metodológica deste estudo, procedeu-se à organização de elementos para coletar os conjuntos de dados disponíveis nos sites oficiais, seguindo cinco fases distintas: a inicialização do portal, a navegação por ele, a execução da pesquisa, a apreciação dos dados e a pesquisa por informações correlacionadas. Tais fases são concebidas como as etapas que os usuários habitualmente realizam na busca por algum dado específico na rede aberta.

Figura 3 – Coleta de Dados



Fonte: Barni (2022) adaptado.

Ao realizar a consulta dos conjuntos de dados nos portais oficiais dos governos estaduais, constatou-se que não há uma uniformidade estabelecida entre todos os governos estaduais, considerando que cada estado pode definir suas próprias regulamentações e

orientações no tocante à publicação de dados. Em várias situações, a frequência de atualização é pautada tanto pelo valor intrínseco da informação quanto pela habilidade técnica para sua obtenção e tratamento. Por exemplo, enquanto algumas unidades federativas optam por atualizar suas bases acerca das despesas com diárias semanalmente, outras optam por uma atualização mensal. Alguns entes disponibilizam o acompanhamento da execução orçamentária com atualização diária.

Portanto, observa-se que a transparência e o acesso à informação, embora garantidos por lei federal, encontram nuances na implementação prática em nível estadual. A descentralização das responsabilidades e autonomias conferidas aos estados brasileiros assegura a flexibilidade necessária para adaptar-se às realidades locais. No entanto, isso acarreta disparidades na qualidade e periodicidade da informação disponibilizada ao público. A falta de uma apresentação padronizada nos portais fragiliza a consistência dos dados e dificulta a comparação e análise entre diferentes estados.

O Apêndice B fornece uma análise detalhada dos conjuntos de dados visualizados entre março e abril de 2023, nos portais de Dados Abertos Governamentais (DGA) estaduais, ilustrando as subcategorias de dados. Consta-se uma diversidade considerável no tipo e na abrangência temporal das informações que cada unidade federativa disponibiliza.

Por exemplo, o estado do Maranhão (MA) tem um amplo escopo de dados, desde despesas correntes/capital até relatórios de gestão fiscal. Já Minas Gerais (MG) possui informações detalhadas sobre despesas, incluindo detalhes específicos como despesas com diárias e passagens, repasses para municípios e dados sobre a dívida interna do estado.

O estado de São Paulo (SP) exibe uma ampla gama de categorias em seus dados, abrangendo desde informações do passivo e relatórios contábeis até processos de licitação e contratos. Notavelmente, inclui também informações detalhadas sobre a dívida ativa com municípios, destacando-se por sua ênfase na transparência relacionada a gastos e contratos. Em contraste, o Rio Grande do Sul (RS) concentra-se na disponibilização de dados sobre empréstimos, captações financeiras e repasses para instituições financeiras, oferecendo uma perspectiva abrangente sobre as finanças e obrigações fiscais do estado.

Esta observação revela uma peculiaridade intrigante: mesmo que estes entes sejam entidades públicas com objetivos similares, há uma notória diversidade nas informações econômico-financeiras disponibilizadas. Essa variação, existente apesar da expectativa de uniformidade na divulgação nos portais governamentais dos dados econômico-financeiros, reflete diferenças regionais e estruturais significativas entre os estados.

4.2 Escolha do Modelo de Avaliação

Para a análise dos dados, utilizaram-se os critérios segundo o modelo proposto por Veljković, Bogdanović-Dinić e Stoimenov (2014). Este mesmo modelo já foi aplicado por Klein, Luciano e Macadar (2015) para avaliar o grau de transparência dos DGA do governo do Rio Grande do Sul. Segundo os autores, a escolha do modelo elaborado por Veljković, Bogdanović-Dinić e Stoimenov (2014) deveu-se à sua clareza e capacidade de replicação, bem como pela oportunidade de compará-lo ao portal data.gov dos EUA, um dos pioneiros na disponibilização de Dados Governamentais Abertos, servindo de referência para os demais.

No modelo proposto, os dados abertos são empregados como fonte de informações para três indicadores: conjunto de dados, abertura de dados e transparência de dados. O engajamento do cidadão serve como base para os indicadores de participação e colaboração. Os autores destacam nove categorias de dados mais comumente disponíveis nos Portais: Finanças e Economia; Meio-Ambiente; Saúde; Energia; Educação; Transporte; Infraestrutura; Emprego; e População.

As categorias estabelecidas fundamentam-se em investigações realizadas em portais de dados abertos de diversos países. Uma categoria é considerada existente se possuir, no mínimo, um conjunto de dados divulgados. Segundo os criadores do modelo, os portais governamentais devem abranger todas as nove categorias de dados, partindo de um conjunto de dados elementares, providenciando informações pertinentes para cada categoria.

O autor estabelece um indicador específico para mensurar e avaliar a quantidade de categorias de dados abertos governamentais disponibilizadas pelo ente. O indicador fundamental do conjunto de dados (BSD) estabelece a presença de um conjunto preestabelecido de elevado valor entre as categorias de dados abertos, atribuindo valores no intervalo entre 0 (zero) e 1 (um). O cálculo é efetuado conforme a equação subsequente: $BSD = n/N$.

O valor “n” simboliza a quantidade de categorias presentes no portal de dados abertos, ao passo que “N” denota o número total de categorias ($N = 9$). O valor 0 (zero) sinaliza a ausência de categorias ou a inexistência de conjuntos de dados disponibilizados no portal para as categorias, ao passo que o valor 1 (um) aponta para a presença de todas as categorias.

Tendo em vista o propósito estabelecido para esta pesquisa, o indicador BSD foi modificado, uma vez que o objetivo do estudo é examinar a transparência das informações somente de uma categoria específica “Finanças e Economia”. Assim, decidiu-se analisar exclusivamente os conjuntos de dados da categoria Finanças e Economia, ou seja, os conjuntos de dados abertos relacionados diretamente a esta categoria.

Sobre a escolha da categoria “Finanças e Economia”, este pesquisador entende que se trata da categoria mais relevante a ser disponibilizada nos portais de dados abertos governamentais, uma vez que ela engloba informações cruciais para a compreensão da saúde fiscal e econômica de um governo. A gestão transparente dos recursos públicos, bem como o entendimento sobre como as decisões econômicas são tomadas são fundamentais para que os cidadãos possam fiscalizar e compreender as ações governamentais em uma área que tem impacto direto em suas vidas.

Além disso, a categoria “Finanças e Economia” proporciona aos cidadãos, investidores, empresas e a diversos *stakeholders* uma visão detalhada das prioridades governamentais. Ao se debruçar sobre os dados desta categoria, é possível identificar onde estão sendo alocados os investimentos, quais setores recebem mais atenção e como estão as contas públicas, informações estas que podem influenciar desde decisões empresariais até a confiança do cidadão em seus representantes.

A transparência em “Finanças e Economia” também serve como indicador da probidade administrativa. Portais que apresentam dados claros, atualizados e completos nesta categoria demonstram um compromisso com a responsabilidade fiscal e a gestão íntegra dos recursos públicos. Em contrapartida, a ausência ou deficiência na divulgação destes dados pode sinalizar possíveis áreas de risco e demandar maior atenção e controle por parte dos órgãos fiscalizadores e da sociedade civil.

Dessa forma, priorizar a análise da categoria “Finanças e Economia” não apenas atende a uma necessidade de transparência e controle social, mas também reflete o comprometimento com uma gestão pública eficiente, responsável e alinhada às melhores práticas de governança global.

4.3 Conjuntos de Dados Abertos Encontrados nos Portais

Após a verificação e com base nos conjuntos de dados coletados, foram criadas subcategorias para organização dos conjuntos de dados relacionados à categoria “Finanças e Economia”. Com base nos conjuntos de dados disponíveis nos sítios eletrônicos oficiais, foram criadas 8 (oito) subcategorias: Despesas; Receitas; Orçamento; Licitações e Contratos; Gestão Fiscal; Ativos; Passivos; e Relatórios Contábeis. O Apêndice B demonstra quantas categorias foram possíveis organizar para cada ente, com base nos conjuntos de dados acessados entre março e abril de 2023.

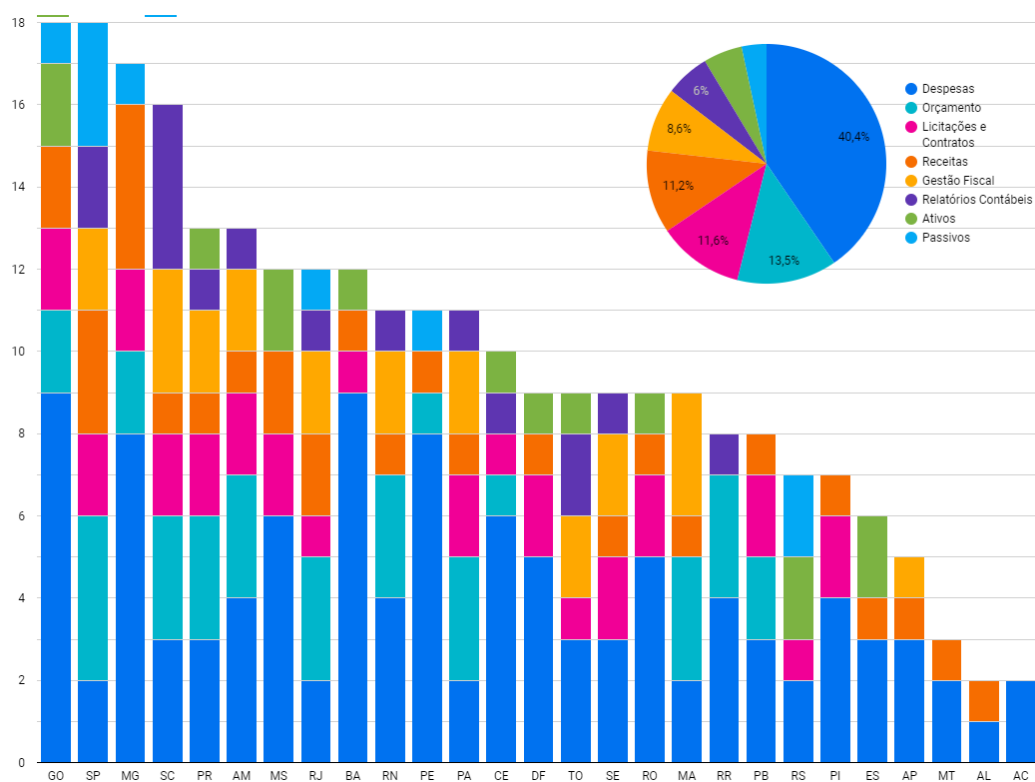
O procedimento para criação das subcategorias iniciou-se com uma análise minuciosa de todos os conjuntos de dados disponíveis nos portais dos governos estaduais, buscando identificar padrões e temas recorrentes. A ideia central era conseguir agrupar as informações de maneira lógica e intuitiva, de forma a facilitar o entendimento e a comparação entre os diferentes entes federativos.

A primeira etapa consistiu em listar todos os conjuntos de dados relacionados a “Finanças e Economia” e, posteriormente, agrupá-los por afinidade temática. Durante esta etapa, notou-se que certos temas apareciam com frequência nos portais de diversos estados, indicando sua relevância e recorrência. A partir deste agrupamento inicial, foi possível delinear as subcategorias propostas.

As subcategorias “Despesas” e “Receitas”, por exemplo, foram criadas considerando a necessidade de compreender as entradas e saídas financeiras dos governos estaduais. “Orçamento” foi pensado para agrupar informações sobre planejamento financeiro, enquanto “Licitações e Contratos” abarcam tudo relacionado a processos de compra e contratação do setor público. “Gestão Fiscal” se refere ao cumprimento de metas fiscais e os relatórios obrigatórios, “Ativos” e “Passivos” detalham os bens e direitos, e as obrigações, respectivamente. Já “Relatórios Contábeis” engloba documentos oficiais que apresentam a situação financeira e patrimonial do ente público.

É relevante destacar que as subcategorias foram definidas buscando não apenas abranger a amplitude dos temas tratados nos portais, mas também proporcionar uma estrutura que permitisse uma análise comparativa entre os estados.

Figura 4 – Total de Conjunto de Dados dos Entes



Fonte: elaborada pelo autor.

Na Figura 4 nota-se claramente que a subcategoria "despesas" foi aquela que registrou o maior número de conjuntos de dados abertos disponibilizados pelos estados. No Apêndice B constam as quantidades de subcategorias criadas para cada Estado baseado nos conjuntos de dados encontrados.

4.4 Cálculo do Grau de Transparência das Informações Financeiras (GTIF)

O indicador utilizado neste estudo para avaliar o grau da transparência dos conjuntos de dados relacionados à categoria “Finanças e Economia” foi o indicador de transparência (T). O qual é composto por outros dois indicadores, Transparência do Governo (GT) e Transparência de Dados (DT), sendo (T), a média entre (GT) e (DT).

Segundo Veljković, Bogdanović-Dinić e Stoimenov (2014), dois tipos de transparência, a de dados e a governamental, possuem igual relevância na construção de um governo transparente. O indicador T apresenta valores no intervalo (0, 1), em que 0 (zero) representa a ausência de transparência e 1 (um) está associado a elevados níveis de transparência.

$$\text{Indicador de Transparência} \\ T = GT + DT / 2$$

Nesta pesquisa, um elemento adicional foi incorporado à fórmula mencionada anteriormente. Com o intuito de estabelecer conexões com os objetivos propostos pelo estudo, foi incluído o índice de qualidade da informação contábil-fiscal dos governos estaduais (IQCF) referente ao ano de 2021, o resultado mais recente apurado pelo Tesouro Nacional. A equação ajustada para o este estudo consiste em:

<p>Indicador de Transparência adaptado</p> $T = GT + DT + IQCF / 3$

4.5 Composição e Cálculo Detalhado do GTIF

Para mensurar eficazmente o grau de transparência das informações financeiras apresentadas nos portais de dados abertos estaduais, desenvolveu-se uma equação demonstrada no subtópico anterior, a qual engloba: a transparência do próprio governo, a transparência inerente aos dados abertos e a qualidade da informação contábil e fiscal.

O primeiro componente da equação, representado pela variável GT, refere-se à transparência governamental. Para sua mensuração, recorre-se ao índice de percepção de corrupção, *Corruptions Perception Indicator*. Este índice, reconhecido mundialmente, fornece *insights* sobre a percepção de práticas corruptas em entidades governamentais, sendo um barômetro eficaz da transparência de um governo.

O segundo componente, DT, avalia a transparência específica dos dados abertos. Para isso, a equação leva em consideração três critérios fundamentais: autenticidade (veracidade e originalidade da informação), compreensibilidade (clareza e facilidade de entendimento pelo público) e reutilização (capacidade de ser empregado em diferentes contextos ou aplicações). A presença desses três critérios assegura que os dados não só sejam transparentes, mas também úteis e confiáveis.

Por fim, o último componente, o IQCF é extraído do índice de qualidade da informação contábil e fiscal, um instrumento desenvolvido pelo Tesouro Nacional. Este índice avalia a conformidade e precisão das informações contábeis e fiscais, garantindo seu alinhamento com as melhores práticas e padrões nacionais.

A combinação destes três componentes, ao serem agregados na fórmula $(GT+DT+IQCF/3)$, produz um valor entre 0 e 1.

4.5.1 Componente GT (Transparência do Governo)

Na avaliação dos itens em questão, para o indicador de Transparência Governamental (GT), seguindo as recomendações dos autores, adotou-se o *Corruptions Perception Indicator*. Este índice avalia 180 países e territórios globais baseando-se nos níveis percebidos de corrupção no setor público, atribuindo-lhes pontuações numa escala que vai de 0 (altamente corrupto) a 100 (muito limpo). O último resultado do índice apurado foi em 2022, 0,38. Atualmente o Brasil ocupa a posição 94 no *ranking* (TRANSPARENCY INTERNATIONAL, 2022).

4.5.2 Componente DT (Transparência dos Dados)

O indicador de Transparência dos Dados (DT) é calculado por meio da média dos valores de autenticidade (A), compreensibilidade (U) e reutilização dos dados (DR), conforme ilustrado a seguir. Este indicador apresenta valores no intervalo de 0 a 1, em que o valor 0 (0%) simboliza a total ausência de transparência de dados, enquanto o valor 1 (100%) denota o nível máximo de transparência. Para conduzir a avaliação da transparência dos dados, foram selecionados todos os conjuntos publicados referentes à categoria “Finanças e Economia”.

Transparência dos Dados Abertos $DT = (A + U + (DR/3)) / 3$
--

4.5.2.1 Indicador de Autenticidade (A)

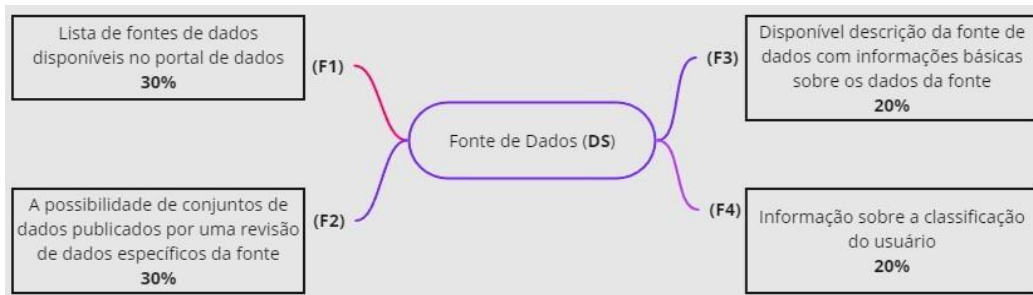
Sobre os itens que compõem a transparência de dados (DT), a autenticidade (A) refere-se a fontes de dados (DS) e a precisão e integridade dos dados (DAI). Os autores atribuíram pesos diferentes para DS e para o DAI, ou seja, avaliação da autenticidade da fonte da informação quanto aos responsáveis pela disponibilização e manutenção dos dados.

Indicador de Autenticidade dos Dados Abertos $A = 0,40 \times DS + 0,60 \times DAI$
--

Visando atender os princípios do DGA, os autores do modelo concluem que o governo deve divulgar informações acerca das fontes de dados nos portais, disponibilizando-as livremente e assegurando acessibilidade a todos os usuários. Ademais, o usuário deve conseguir

atribuir uma classificação a cada fonte de dados, fundamentando-se em sua experiência no uso dos dados e possibilitando a oferta de uma classificação aos demais usuários. Considerando esses aspectos, o modelo de referência empregado sugere as seguintes características a serem examinadas no processo de estimativa de um indicador de fonte de dados (DS):

Figura 5 – Fatores da Fonte dos Dados Abertos



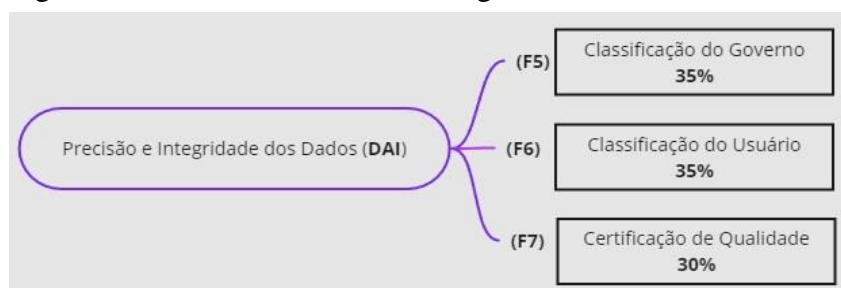
Fonte: Veljković, Bogdanović-Dinić e Stoimenov (2014), adaptado.

Os fatores (F1) e (F2) correspondem às demandas mais recorrentes por parte dos usuários. Portanto, estes fatores possuem maior relevância e impacto na elaboração do indicador denominado DS. Ao analisar fatores em questão, observa-se que as informações fornecidas pelo Governo (F1, F2 e F3) compreendem 80% do valor do indicador DS (conforme ilustrado acima), enquanto a parcela de 20% (F4) é atribuída ao *feedback* oriundo dos usuários.

<p>Cálculo dos Fatores da Fonte dos Dados Abertos</p> $DS = 0,30 \times F1 + 0,30 \times F2 + 0,20 \times F3 + 0,20 \times F4$
--

Os requisitos F1, F2 e F3 são atribuídos ao valor 1 quando satisfeitos, e ao valor 0, caso não sejam. O F4, no que lhe concerne, representa um grau médio escalonado no intervalo entre 0 e 1. Por fim, o indicador (DS) varia de 0 a 1, sendo que o valor 0 indica a ausência de todas as características em um portal de dados abertos. Quanto ao segundo componente da autenticidade de dados, (DAI), precisão e integridade dos dados, o modelo propõe a avaliação de 3 (três) fatores:

Figura 6 – Fatores da Precisão e Integridade dos Dados Abertos



Fonte: Veljković, Bogdanović-Dinić e Stoimenov (2014), adaptado.

Para apuração dos fatores, deve constar o registro de retorno fornecido pelo governo em relação à precisão e integração para cada conjunto de dados divulgados. Durante o processo de avaliação, a média é estabelecida em uma escala entre 0 e 1. A classificação do usuário reflete o *feedback* oferecido pelos usuários acerca dos dados publicados. Para fins de cálculo, é importante considerar a quantidade de usuários que contribuíram com seus comentários.

Conforme Veljković, Bogdanović-Dinić e Stoimenov (2014), o valor final da classificação do usuário é determinado pela seguinte fórmula: usuários x (avaliadores/número de *downloads*). As avaliações dos usuários correspondem à nota média ajustada ao intervalo (0, 1), enquanto os avaliadores representam a quantidade de usuários que classificaram o conjunto de dados. A classificação proporcionada pelo usuário possui grande relevância, uma vez que expressa pontos de vista, opiniões e experiências de uso, contribuindo, assim, com 70% do indicador DAI.

O terceiro fator que constitui o (DAI) é a certificação de qualidade, a qual identifica a presença de um documento de certificação vinculado a um conjunto de dados. Essa certificação de qualidade simboliza a comprovação eletrônica da exatidão dos dados e da integridade das informações presentes. O valor final do componente DAI é computado conforme a equação apresentada a seguir:

<p>Cálculo dos Fatores de Precisão e Integridade dos Dados</p> $DAI = 0,35 \times F5 + 0,35 \times F6 + 0,30 \times F7$

Prosseguindo com a análise dos indicadores que integram a equação de transparência dos dados, o indicador de compreensibilidade (U) examina cada categoria de dados, utilizando-se de um conjunto de informações, a fim de averiguar a existência de uma descrição adequada para cada conjunto de dados pertencente a cada categoria específica.

A compreensibilidade de cada categoria de conjunto de dados e dos dados brutos deve ser disponibilizada aos usuários de maneira adequada. Tal disponibilização pode ser viabilizada

por meio da publicação de descrições textuais minuciosas das categorias de dados, as quais elucidam os tipos de informações publicadas em cada categoria. Ademais, é fundamental incluir descrições detalhadas de cada conjunto de dados contido na respectiva categoria.

4.5.2.2 Indicador de Compreensibilidade das Categorias e Conjuntos de Dados (U)

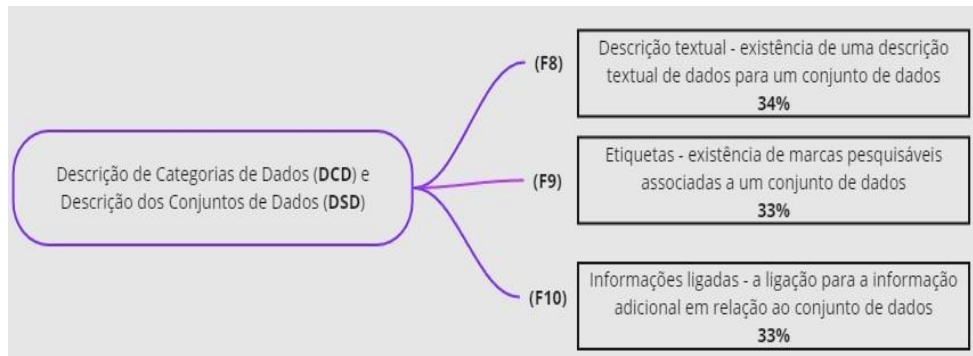
O componente (U) é determinado com base nas características Descrição de Categorias de Dados (DCD) e Descrição dos Conjuntos de Dados (DSD), conforme a equação apresentada a seguir. O referido indicador possui uma variação entre 0 e 1, sendo que o valor 1 representa a disponibilidade integral de ambas as categorias de dados e das descrições dos conjuntos de dados. Em contrapartida, caso não haja descrições das categorias e dos conjuntos de dados, o indicador de compreensibilidade assume o valor 0.

Cálculo dos Fatores da Compreensibilidade dos Dados Abertos

$$U = 0,4 \times DCD + 0,6 \times DSD$$

Os indicadores Descrição de Categorias de Dados (DCD) e Descrição dos Conjuntos de Dados (DSD) são calculados por três fatores:

Figura 7 – Fatores da Compreensibilidade dos Dados Fonte



Fonte: Veljković, Bogdanović-Dinić e Stoimenov (2014), adaptado.

Todos os três fatores são ponderados com igual relevância. A categoria é avaliada atribuindo-se o valor 1 caso a característica esteja presente, ou 0 caso contrário. O (DCD) e o (DSD) calculado conforme a equação $U = 0,4 \times DCD + 0,6 \times DSD$, gerando valores no intervalo entre 0 e 1. O valor 0 indica que nenhuma categoria possui descrição, enquanto o valor 1 denota que todas as categorias estão devidamente descritas.

A distinção entre o DCD e o DSD reside no fato de que o primeiro avalia as descrições das categorias de dados, enquanto o segundo analisa as descrições dos conjuntos de dados

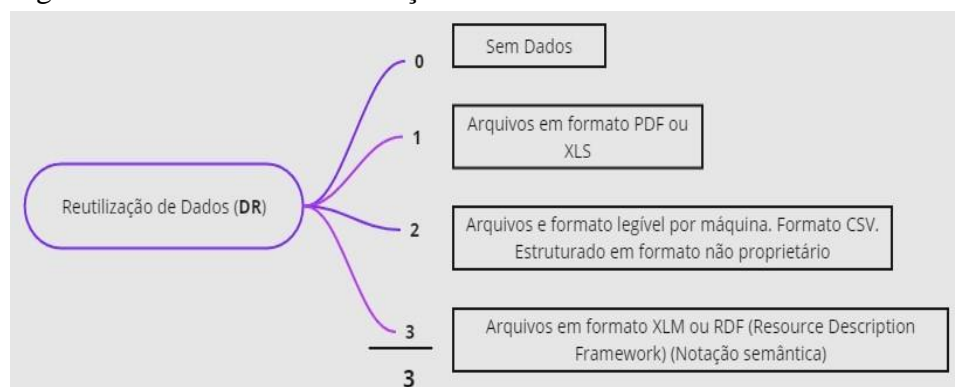
inseridos na categoria. Neste estudo, conforme já justificado anteriormente, optou-se pela seleção de apenas uma categoria, “Finanças e Economia”, para a análise dos conjuntos de dados.

4.5.2.3 Indicador de Reutilização dos Dados (DR)

A Reutilização dos Dados (DR) constitui o último aspecto a ser considerado para estabelecer o nível de transparência dos Dados Abertos Governamentais no portal selecionado. Tal aspecto diz respeito à disponibilização de informações em formatos abertos, permitindo que os usuários realizem pesquisas, indexações e *downloads* dos dados por meio de ferramentas convencionais, sem necessitar de conhecimento prévio acerca das estruturas de dados.

Os autores empregaram uma escala para calcular a reutilização de dados, a qual deve ser determinada por meio da avaliação do formato dos conjuntos de dados contidos em cada categoria de dado. O valor do indicador DR corresponde à média de reutilização dos conjuntos de dados, variando entre 0 e 3. O valor 0 simboliza o menor grau de disponibilidade de dados, enquanto o valor 3 indica o mais elevado nível de disponibilidade dos dados.

Figura 8 – Fatores de Reutilização dos Dados Abertos Fonte



Fonte: Veljković, Bogdanović-Dinić e Stoimenov (2014), adaptado.

4.5.3 Indicador da Qualidade da Informação Contábil e Fiscal (IQCF)

Por fim, este último item acrescentado à fórmula geral trata-se de uma alteração no referido modelo. A inclusão deste componente deve-se, principalmente, à ligação direta entre o grau de transparência e a qualidade das informações contábeis e fiscais dos estados. Portanto, compreende-se que este contribui para a transparência governamental. Outra razão para a utilização deste componente é uma limitação do *framework* apontada pelos autores Klein,

Luciano e Macadar (2015). A crítica ao modelo refere-se à necessidade de reavaliar o peso atribuído ao item Transparência do Governo (GT), que está vinculado a indicadores externos ao portal, como o *Corruptions Perception Indicator*, sugerido para quantificar o componente GT. Este indicador acaba exercendo uma influência excessiva no grau de transparência do portal.

Ao identificar esta lacuna no modelo, Klein, Luciano e Macadar (2015) entendem que, embora a transparência e o governo aberto contribuam para a redução dos níveis de corrupção, esta medida não deveria estar vinculada à avaliação de dados de um portal de dados abertos, uma vez que a redução dos níveis de corrupção envolve mais o uso de dados abertos pela sociedade (e a cobrança decorrente dos entes públicos) do que os dados disponibilizados.

A elaboração do Indicador da Qualidade da Informação Contábil e Fiscal (IQCF) é de responsabilidade do Tesouro Nacional (2021). O *ranking* foi criado para avaliar a consistência das informações contábeis e fiscais recebidas por meio do Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro – SICONFI – e, posteriormente, disponibilizadas para o público.

Sobre a elaboração do *ranking*, os dados são extraídos do SICONFI na mesma data em que os dados são extraídos para a consolidação das contas públicas. O *Ranking* leva em consideração a mesma data de corte. Para o *Ranking* de 2021, foram analisados os dados de 2020. A avaliação é dividida em dimensões que reúnem um conjunto de verificações com o mesmo objetivo ou que sejam relacionadas às mesmas informações. Atualmente, existem quatro dimensões de avaliação:

Quadro 5 – Dimensões da Avaliação do IQCF

Dimensões	Descrição
Gestão da Informação	Reúne as verificações que analisam o comportamento do ente federativo no envio e manutenção das informações no SICONFI. Ex.: envio de todas as declarações, envios no prazo, quantidade de retificações, entre outras. Para essa dimensão, são analisadas todas as declarações e matrizes de saldos contábeis enviadas pelos entes.
Informações Contábeis	Compreende as verificações que avaliam os dados contábeis recebidos em relação à adequação às regras do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), consistência entre os demonstrativos. Os dados analisados são os que foram homologados por meio da Declaração de Contas Anuais (DCA) e enviados por meio da Matriz de Saldos Contábeis (MSC) de encerramento.
Informações Fiscais	Agrupar as verificações pertinentes à análise dos dados fiscais contidos nas declarações. Ex.: adequação às disposições do Manual de Demonstrativos Fiscais (MDF), consistência entre os demonstrativos,

	entre outras. Foram analisados os dados do Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO) e do Relatório de Gestão Fiscal (RGF)
Informações Contábeis x Informações Fiscais	Efetua o cruzamento entre os dados contábeis e fiscais avaliando a igualdade de valores entre demonstrativos diferentes. Foram analisados os dados que foram homologados por meio da Declaração de Contas Anuais (DCA), do RREO e do RGF.

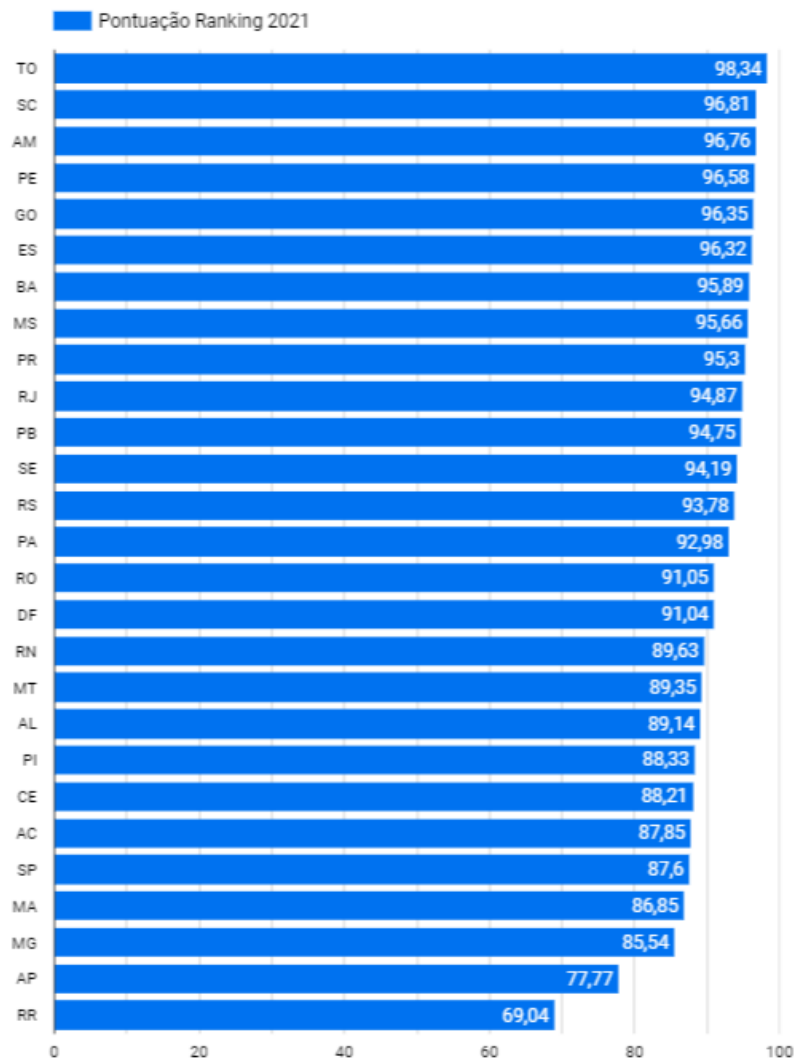
Fonte: Tesouro Nacional (2021), adaptado.

A decisão de integrar o índice de qualidade da informação contábil e fiscal, desenvolvido pelo Tesouro Nacional, à formulação do grau de transparência dos portais é pautada em alguns fatores. O principal refere-se à categoria analisada, “Finanças e Economia”, dada sua natureza estar estreitamente ligada às práticas contábeis e fiscais de um ente governamental. Portanto, um índice que avalia a qualidade destas informações é vital para assegurar que os dados divulgados sejam não só transparentes, mas também precisos, completos e confiáveis. Esta precisão e conformidade são reforçadas ao se avaliar os dados contábeis em relação às regras do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), garantindo que a informação divulgada esteja alinhada com padrões reconhecidos nacionalmente.

Esta abordagem visa dar maior credibilidade e uniformidade aos dados, possibilitando que sejam comparáveis entre diferentes entidades governamentais. Além disso, a avaliação abrangente proporcionada pelas quatro dimensões do índice, que engloba gestão da informação, informação contábil, informação fiscal e a adequação ao MCASP, oferece uma visão aprimorada da qualidade da informação. O respaldo do Tesouro Nacional, entidade responsável pela criação do índice, acrescenta ainda mais robustez à avaliação. Este órgão possui uma posição consolidada na gestão fiscal e contábil do Brasil, e a metodologia por ele desenvolvida é vista como padrão de excelência no âmbito público.

Resultado da avaliação realizada anualmente pelo Tesouro Nacional, o *Ranking* Estadual realiza a comparação do desempenho entre os estados e o Distrito Federal nas verificações realizadas. O Indicador da Qualidade Contábil e Fiscal (IQCF) no SICONFI atribui uma pontuação aos estados de 0 a 100.

Figura 9 – *Ranking* Estadual da Qualidade Contábil e Fiscal dos Estados



Fonte: Tesouro Nacional (2021).

Portanto, nesta pesquisa, com o intuito de mitigar a influência significativa do componente GT (Transparência de Governo), utilizou-se adicionalmente o componente Indicador da Qualidade Contábil e Fiscal (IQCF).

